



**XIX
CONBRACE**
VI CONICE
08 a 13 de setembro de 2015
VITÓRIA-ES

TERRITORIALIDADE E DIVERSIDADE
REGIONAL NO BRASIL E AMÉRICA LATINA:
SUAS CONEXÕES COM A EDUCAÇÃO
FÍSICA E CIÊNCIAS DO ESPORTE

RELAÇÕES E NEXOS ENTRE REINVIDICAÇÕES NO ÂMBITO DA EDUCAÇÃO FÍSICA E ESPORTE E A REFORMA POLÍTICA ATRAVÉS DA ASSEMBLÉIA CONSTITUINTE: SUBSÍDIOS PARA UM PROGRAMA DE TRANSIÇÃO¹

Celi Nelza Zülke Taffarel

Joelma de Oliveira Albuquerque

RESUMO

Investigando a Educação Física e a Teoria da Transição, delimita-se como problemática as relações entre Movimentos de Luta Social e reivindicações da Educação Física. Procedeu-se com análises documental do Relatório Final do Diagnóstico Nacional do Esporte e documento decorrente do Plebiscito Nacional por uma Assembleia Constituinte. O Objetivo foi estabelecer relações entre a Reforma Política e as reivindicações específicas pela democratização do esporte no Brasil. Os dados nos permitem afirmar que existem aproximadamente 60% da população brasileira a ser incluída como praticante regular do esporte, o que requer uma política esportiva nacional para elevar o padrão cultural esportivo da população brasileira, o que exige uma reforma do sistema político no Brasil.

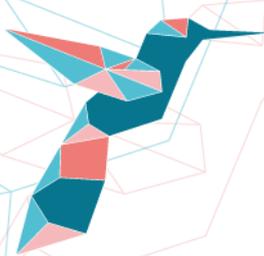
PALAVRAS-CHAVE: Movimentos sociais e Educação Física; Educação Física e reforma política; Esporte e Programa de Transição.

INTRODUÇÃO

O texto aborda as relações e nexos entre as reivindicações no âmbito da educação física e esporte (mapeadas por meio de uma pesquisa de caráter nacional acerca do esporte) e a necessidade de uma assembleia constituinte exclusiva e soberana do sistema político no Brasil enquanto uma medida transitória para que as reivindicações pela democratização do esporte no Brasil sejam atendidas. A hipótese é que as reivindicações dos trabalhadores no âmbito do esporte não são atendidas dada a conjuntura político-econômica, porém mediada pelo sistema político instalado em nosso país.

Parte-se da constatação que o sistema político brasileiro vem sendo sistematicamente questionado. Exemplos são as manifestações de 2013, que inicialmente exigiam a redução da tarifa de transporte em algumas capitais, ganhando contornos nacionais, chegando ao ápice no dia 20 de junho quando cerca de 1,4 milhões de pessoas foram às ruas em diversas cidades do

¹ A pesquisa a que o texto se refere obteve auxílio financeiro do Ministério do Esporte/FINEP.



país, mesmo depois das reduções dos valores das passagens. Em pesquisa durante as manifestações, o Ibope identificou as principais reivindicações²: transporte público: 53,7%; ambiente político: 65,0%; gastos com a copa do mundo/das confederações: 30,9%; saúde: 36,7%; educação: 29,8%; entre outras. No geral é possível constatar que os motivos das manifestações estão centrados naquilo que é básico para manutenção digna da existência (transporte, educação, saúde, esporte), e uma parcela significativa expressou a insatisfação com a situação política do país.

Em resposta, no dia 24 de junho, a Presidenta Dilma Rousseff anuncia em reunião no Palácio do Planalto, a adoção de cinco pactos nacionais, a saber: por responsabilidade fiscal, reforma política, saúde, transporte, e educação. A presidenta afirmou que o segundo pacto é “em torno da construção de uma ampla e profunda reforma política, que amplie a participação popular e amplie os horizontes da cidadania”, e complementou: “Quero neste momento propor um debate sobre a convocação de um plebiscito popular que autorize o funcionamento de um processo constituinte específico para fazer a reforma política que o país tanto necessita. O Brasil está maduro para avançar e já deixou claro que não quer ficar parado onde está”³. Diante do teor das reivindicações, destacamos o segundo pacto, uma vez que este abre a possibilidade para que todos os outros se realizem. Vale ressaltar que, segundo pesquisa da CNT (Confederação Nacional dos Transportes) junto com o instituto MDA Pesquisa, o plebiscito proposto pela presidenta foi considerado importante para 67,9% dos entrevistados⁴.

A situação política atual com o novo mandato da presidenta Dilma Rousseff (2014-2018) continua permeada pelo que ocorreu em 2013. Ainda naquele ano, a pesquisa da CNT demonstrou que 65% das pessoas afirmaram que as manifestações poderiam influenciar nas eleições de 2014. Passadas as eleições constata-se que o congresso nacional eleito é o mais conservador desde 1964 (ano do golpe militar), segundo Antônio Augusto Queiroz, então

2 Disponível em: <<http://g1.globo.com/brasil/noticia/2013/06/veja-integra-da-pesquisa-do-ibope-sobre-os-manifestantes.html>>. Acessado em: 02 de abril de 2015.

3 Disponível em: <http://noticias.terra.com.br/brasil/politica/,c3576d53bbb6f310VgnCLD2000000dc6eb0aRCRD.html>. Acessado em: 02 de abril de 2015.

4 Disponível em: <<http://noticias.uol.com.br/cotidiano/ultimas-noticias/2013/07/16/cerca-de-85-dos-entrevistados-aprovam-manifestacoes-diz-pesquisa-cntmda.htm?cmpid=ctw-cotidiano-news>>. Acessado em: 02 de abril de 2015.



diretor do DIAP⁵. Enquanto que aumentaram o número de militares, de religiosos, ruralistas, identificados com a conservação da lógica político-econômica burguesa instalada, as bancadas sindical e dos movimentos sociais foram reduzidas em cerca de 50%. Essa lógica aprofunda ainda mais o não atendimento das reivindicações. Por exemplo, segundo pesquisa do Ibope em 2013, “94% achavam que as reivindicações seriam atendidas”⁶. A questão que se coloca, portanto é: Porque esse modelo político não favorece o atendimento das reivindicações da classe trabalhadora? Como é possível enfrentar essa situação e abrir uma saída concreta para a crise instalada no sistema político brasileiro?

Nos valem do método materialista-histórico-dialético, orientados pelas categorias da realidade, das contradições e das possibilidades. Foram reunidos dados acerca da conjuntura política do país, do sistema político brasileiro, procedendo-se com análises documental do Relatório Final do Diagnóstico Nacional do Esporte e documento decorrente do Plebiscito Nacional por uma Assembleia Constituinte.⁷” As reflexões acerca da necessidade de uma assembleia nacional constituinte foram desenvolvidas a partir da teoria da transição (Trotsky, 2008), a fim de discutir saídas concretas para que as reivindicações sejam atendidas.

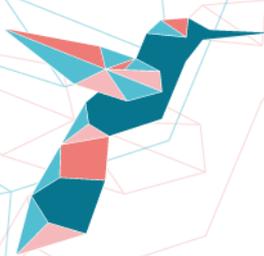
REALIDADE E CONTRADIÇÕES DO SISTEMA POLÍTICO ATUAL E A ASSEMBLEIA CONSTITUINTE COMO PARTE DE UM PROGRAMA DE TRANSIÇÃO

Neste item recuperamos dados acerca da conjuntura nacional que demonstram a crise do sistema político brasileiro, explicitando suas contradições, identificando e analisando o que impede o atendimento das reivindicações; apontamos possibilidades de enfrentamento com base em no programa de transição (Trotsky, 2008), no qual a assembleia constituinte é uma medida transitória para fazer frente à destruição da principal força produtiva – o trabalho e o trabalhador – que se aprofunda cada vez mais no modo de produção do capital.

4 Departamento Intersindical de Assessoria Parlamentar. Disponível em: <<http://politica.estadao.com.br/noticias/eleicoes,congresso-eleito-e-o-mais-conservador-desde-1964-afirma-diap,1572528>>. Acessado em: 02 de abril de 2015.

6 Disponível em: <<http://g1.globo.com/brasil/noticia/2013/06/veja-integra-da-pesquisa-do-ibope-sobre-os-manifestantes.html>>. Acessado em: 02 de abril de 2015.

7 Da qual participamos ativamente na atividades de dois comitês local.



Na conjuntura nacional dos últimos anos constatamos o confronto classista se acirrando, evidenciado pelas mais de 800 greves que ocorreram em 2012⁸ (DIEESE, 2013); os levantes nas ruas em 2013; o plebiscito por uma constituinte soberana⁹; a acirrada disputa eleitoral para a presidência da república entre PT x PSDB; as manifestações que vem ocorrendo no país; que indicam que a classe trabalhadora não suporta mais a situação que a oprime historicamente. As medidas tomadas pelo Governo Dilma em seus três primeiros meses de mandato não condizem com as aspirações dos que a elegeram. São algumas delas: as Medidas Provisórias (MPs) 664 e 665 – Lei 13.063 de 30/12/14 - alteram as normas de acesso a cinco benefícios trabalhistas, ameaçando direitos conquistados; a ameaça do PL 4330 da terceirização, que precariza a condição de trabalho; os cortes no orçamento de 2015 que atinge os serviços públicos, para garantir o cumprimento da meta de superávit primário deste ano, estimado em 80 bilhões de reais. Sobre este aspecto, verificando-se o orçamento geral da união de 2014 constata-se que o governo gastou R\$ 978 bilhões com juros e amortização da dívida pública, o que representou 45,11% de todo o orçamento: 12 vezes o que foi destinado à educação, 11 vezes à saúde e mais do dobro dos gastos com previdência.

Diante deste quadro, é necessário buscar explicações para além da crise estrutural do modo de produção do capital, de como este organiza mediações para implementar saídas em favor da burguesia. Analisando-se a Constituição Federal de 1988 pode-se constatar no Parágrafo único do Artigo 1º que: “todo o poder emana do povo, que o exerce por meio de representantes eleitos ou diretamente, nos termos desta Constituição”, e ainda, do que versa o Art. 3º Constituem objetivos fundamentais da República Federativa do Brasil:

I - construir uma sociedade livre, justa e solidária; II - garantir o desenvolvimento nacional; III - erradicar a pobreza e a marginalização e reduzir as desigualdades sociais e regionais; IV - promover o bem de todos, sem preconceitos de origem, raça, sexo, cor, idade e quaisquer outras formas de discriminação. (BRASIL, 2010, p.05).

8 Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos (Dieese) por meio de seu Sistema de Acompanhamento de Greves (SAG). Disponível em: <<http://www.dieese.org.br/balancodasgreves/2012/estPesq66balancogreves2012.pdf>>. Acessado em: 04 de abril de 2015.

9 Mais informações disponíveis em: <<http://www.plebiscitoconstituente.org.br/>>. Acessado em: 04 de abril de 2015.



As reivindicações e ações dos movimentos de luta sociais, sindicatos, centrais sindicais, partidos políticos, associações entre outros entes representativos de pautas sociais dão uma clara demonstração de que esses objetivos estão longe de ser alcançados, ao contrário, há um aprofundamento do ataque aos direitos sociais através da atuação dos “eleitos” pelo próprio “povo”. Um exemplo é o já citado Projeto de Lei (PL) 4330, que propõe que pode haver terceirização na atividade fim da empresa, permitindo que a mesma não tenha nenhum contratado direto. Segundo Jacy Afonso de Melo (2015), secretário nacional de organização da CUT, terceirizados têm remuneração cerca de 25% menor, trabalham 3 horas a mais por semana e estão mais expostos à rotatividade. Além disso, terceirizados são comumente afetados pelos calotes ao final de contratos de prestação de serviços; estão mais expostos a acidentes e mortes no trabalho; aponta-se a relação entre terceirização e a identificação de trabalho análogo ao escravo; sofrem discriminação no ambiente de trabalho; e, tem a organização e a solidariedade entre os trabalhadores esfacelada. Mesmo diante da ampla rejeição popular do PL, os parlamentares apoiam a iniciativa¹⁰.

O exemplo demonstra como as instituições estão sem respaldo popular, e atentam contra o povo que elegeu seus membros. Expressa a necessidade de recomposição e reorganização das forças reacionárias para garantir o poder econômico, garantir o crescimento das taxas de lucro, mesmo diante de uma crise estrutural do modo de produção do capital, cuja expressão no Brasil, é de um país semicolonial, de modelo econômico agroexportador. De acordo com Fernandes (2009),

o primitivo capitalismo mercantilista, que impregnou as atividades econômicas no período colonial e na transição neocolonial, não se evapora: ele continua entranhado no espírito dos agentes econômicos externos e internos, todos orientados por uma mentalidade especulativa e predatória. (2009, p.57).

E ainda, a

dependência e o subdesenvolvimento sustentam problemas que não podem ser resolvidos sob o capitalismo dependente e a sociedade de classe subdesenvolvida. (...) a aceleração do desenvolvimento capitalista apenas tem aprofundado a dependência e agravado o subdesenvolvimento, provocando, ao mesmo tempo maior rigidez na ordem social competitiva (2008, p.100).

¹⁰ Disponível em: <<http://www.cut.org.br/artigos/pl-4330-uma-tragedia-para-os-trabalhadores-427c/>>. Acessado em 02 de abril de 2015.

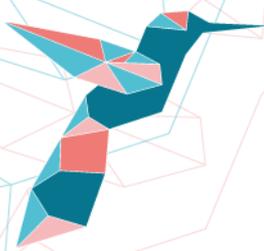


A situação histórica brasileira é análoga a verificada por Trotsky em países como a China e a Índia. Trotsky propôs uma saída transitória para a crise instalada: uma assembleia nacional ou constituinte. Identificou que os países coloniais e semicoloniais, são por natureza, países atrasados cujas condições decorrem do domínio mundial do imperialismo, tendo em seu desenvolvimento um caráter combinado: reúne em si as formas econômicas mais primitivas e a última palavra de técnica e da civilização capitalista. Sendo assim, o que determina a política do proletariado dos países atrasados é que “ele é obrigado a combinar a luta pelas tarefas mais elementares da independência nacional e da democracia burguesa com a luta socialista contra o imperialismo mundial”. Nessa luta, as palavras de ordem democráticas, as reivindicações transitórias e as tarefas da revolução socialista não estão separadas em épocas históricas distintas, mas decorrem umas das outras. Trotsky apontava ainda que “os problemas centrais desses países coloniais e semicoloniais são: a revolução agrária, isto é, a liquidação da herança feudal, e a independência nacional, isto é, a derrubada do jugo imperialista”, estando estas duas tarefas estreitamente ligadas entre si. (TROTSKY, 2008, p.122).

A atualidade desta tese se verifica com os dados da reforma agrária no Brasil. Dados do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA), nos governos Lula (2003-2010), revelam que em 2003, 58 mil propriedades concentravam 133 milhões de hectares improdutivos; em 2010, eram 69,2 mil, controlando 228 milhões de hectares abandonados ou com baixa produtividade, tornando-os sem função social, aptos para a reforma agrária de acordo com a Constituição brasileira. Porém a reforma agrária, assim como outras reformas estruturantes como a reforma urbana, reforma tributária, da educação, da saúde, não acontecem no Brasil, ao contrário, encontram-se estagnadas. Frente a isso, cabe recuperar a proposição de Trotsky acerca da assembleia constituinte que se torna, no contexto Brasileiro, extremamente atual:

É necessário ligar, indissolavelmente, essa palavra-de-ordem às tarefas de emancipação nacional e da reforma agrária. É necessário, (antes de mais nada, armar os operários com esse programa democrático. (...) Baseados no programa democrático e revolucionário é necessário opor os operários à burguesia “nacional”. (TROTSKY, 2008, pp.122-123).

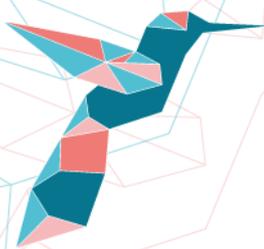
Acontece que há uma peculiaridade na carta constitucional brasileira, destacada pelo professor Roberto Romano em relação à assembleia constituinte de 1988, a saber: que a sua



convocação e a condução foram marcadas por práticas tipicamente ditatoriais, uma vez que “resultou de um verdadeiro golpe de estado dado pelo congresso nacional que se autoinstituiu com a condição da constituinte e autoconcedeu essa função, reunindo parlamentares que passaram todo o regime ditatorial servindo ao governo autoritário”. Como decorrência desta forma autoritária, identifica-se na constituição brasileira, o limite do poder constituinte: “estes limites impostos pelo poder constituinte originário ao poder de reforma, visa evitar a ruptura da ordem jurídica do estado e todas as suas limitações devem embutir-se de idêntico espírito”. (BORNIN, s/d). Assim, pode observar-se no Artigo 49 da Constituição, que é da competência *exclusiva* do Congresso Nacional “autorizar referendo e convocar plebiscito” (BRASIL, 2013, p.16). Essa prerrogativa do Congresso Nacional atenta contra a expressão de que “todo poder emana do povo por meio representantes eleitos ou diretamente”, excluindo-se o “diretamente”, constante no Artigo 1º da constituição, impedindo as iniciativas populares.

Outro aspecto do sistema político que impede o atendimento das reivindicações da classe trabalhadora é a composição dos “entes” representativos na forma dos “representantes eleitos”. Constata-se por meio dos dados do Diap uma distorção na composição do parlamento brasileiro, que em 2010 era composto por 513 deputados e 81 senadores, num total de 594 parlamentares. Destes, 273 eram empresários, 160 compunham a bancada ruralista, 66 a bancada evangélica. Por outro lado apenas 91 dos parlamentares compunham a bancada sindical (representante dos trabalhadores), que por sua vez são 61% da população, contra 3% de empregadores, ou seja, uma lógica de representatividade completamente invertida, que se aprofundou ainda mais após as eleições de 2014. Portanto, a explicação reside no processo eleitoral, em como esses representantes da burguesia nacional são eleitos.

De acordo com o Tribunal Superior Eleitoral (TSE), em 2008, as empresas doaram 86% dos recursos totais da campanha eleitoral; em 2010, 91%; e, em 2012, 95%. Esses números são indicadores das causas concretas do agravamento da crise de representação política no país e do não atendimento das reivindicações. Para que seja eleito um governador, em 2010 por exemplo, foram necessários em média 12,2 milhões de reais para a campanha. (CARTILHA..., 2014, p.15). Assim, no Brasil, opera-se com o processo eleitoral enquanto um investimento empresarial/negócio, cujo lucro será cobrado através de exclusividade e prioridade em concorrências de licitações públicas. “O resultado é a interferência das empresas em leis, licitações e decisões do parlamento que deixa de estar subordinado à vontade do povo e passa a se subordinar à vontade das próprias empresas e seu



compromisso com o lucro” (JORNAL DO PLEBISCITO POPULAR..., 2014, p.03). De acordo com pesquisa do Instituto Kelloggs no Brasil, a cada R\$ 1 investido nas campanhas políticas, há um retorno em contratos públicos da ordem de R\$ 8,50, o que resulta em um lucro de 850%¹¹. Disso decorrem dois fenômenos: o primeiro é que as lideranças de origem popular ou sindical tem desvantagem na disputa eleitoral; e a segunda é o sistema de voto nominal, no qual se vota em um nome, um candidato, e não em um programa político. Compreende-se que com o fim do financiamento empresarial de campanha e o voto em programas, se ampliaria a organização popular para o atendimento das reivindicações.

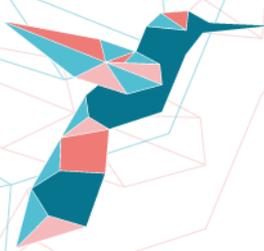
Diante destes aspectos, os movimentos sociais organizados, propõem que a discussão acerca da realização de uma constituinte exclusiva e soberana sobre o sistema político brasileiro precisa se debruçar em construir propostas a partir de dois grandes eixos: o aperfeiçoamento da *democracia representativa*, com a reforma do sistema eleitoral; e o fortalecimento da *democracia direta e participativa*, com controle social. (CARTILHA..., 2014, p.13, grifos nossos). Assim consideramos que a proposta de uma Constituinte deve ser, em primeiro lugar, exclusiva, ou seja, com representantes eleitos sob novas regras, exclusivamente para a Constituinte; e deve ser também unicameral, ou seja, sem o Senado, e considerando para cada pessoa um voto. Esta é uma hipótese para a mudança do sistema político brasileiro para que se adote decisões que, efetivamente, representem os anseios do povo trabalhador organizado. (CARTILHA..., 2014, p.07).

AS REINVIDICAÇÕES NO ÂMBITO DA EDUCAÇÃO FÍSICA E ESPORTE: NEXOS E REELAÇÕES COM A REFORMA POLÍTICA

Neste ponto recuperamos dados acerca das atividades esportivas no Brasil, confrontando-os com o que versa a Constituição de 1988 acerca do acesso a estas atividades, identificando necessidades neste âmbito. Segundo a carta constitucional, em seu Capítulo III, Seção III, Art. 217:

É dever do Estado fomentar práticas desportivas formais e não formais, como direito de cada um, observados: I - a autonomia das entidades desportivas dirigentes e associações, quanto a sua organização e funcionamento; II - a destinação de recursos públicos para a promoção prioritária do desporto educacional e, em casos específicos, para a do desporto de alto rendimento; (...) IV - a proteção e o incentivo às

¹¹ Disponível em: <<http://folhacentrosul.com.br/post-politica/3005/estudo-comprova-que-empresa-que-doa-dinheiro-para-politicos-tem-retorno-de-850>>. Acessado em: 02 de abril de 2015.



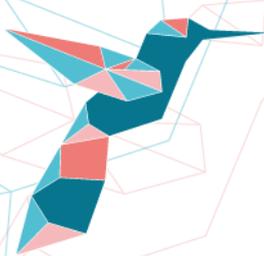
manifestações desportivas de criação nacional. (...) § 3º O poder público incentivará o lazer, como forma de promoção social. (BRASIL, 2013, p.36).

Na linha de argumentação acerca da composição política do congresso nacional, eleito por meio do financiamento empresarial de campanha, é possível constatar que os investimentos do orçamento do Ministério do Esporte (ME) vêm contradizendo os interesses da população em geral. Da ordem de 0,06% do PIB, o orçamento do Ministério do Esporte para 2014, teve uma distribuição de acordo com a sua organização em secretarias: a do Esporte, Educação, Lazer e inclusão social; a do Alto rendimento; e a do Futebol e direitos do torcedor; que substituíram as anteriores: Esporte de Alto Rendimento; Esporte e Lazer da Cidade; e Esporte Educacional. A própria mudança na estrutura indica que as prioridades são cada vez menos o esporte para todos, e cada vez mais o esporte que incentiva os megaespectáculos que geram lucros para a iniciativa privada.

No que se refere ao financiamento de projetos e programas esse fenômeno fica mais claro: os 1,9 bilhão alocado para o desporto e lazer em 2013, o ministério do esporte assim os distribuiu: 763,7 milhões destinados aos jogos olímpicos e paraolímpicos; 230 para a copa do mundo de 2014; 214 para a implantação e modernização de outros núcleos de esporte; 183 para o Bolsa Atleta; 164,4 para o Segundo Tempo; 22,6 para pagamento de pessoal; 284,7 para as demais áreas. Se observarmos os programas e projetos das secretarias, mesmo quando a ênfase é no esporte escolar, é possível constatar que estes se voltam à detecção do “talento esportivo”, ocorrendo na prática a teoria da pirâmide, na qual somente os mais aptos chegam ao topo. Assim, entre 60% e 80% do orçamento é destinado à sustentação do esporte de alto rendimento. O que se constata, de acordo com Taffarel e Santos Junior (2007, p.69) é que

[...] a juventude e as crianças continuam com as escolas desaparelhadas, com os clubes privatizados, sem incentivo adequado para a construção da cultura esportiva. O Ministério do Esporte está se dispondo a usar o esporte e o lazer como instrumentos eficazes na disputa que o Estado faz sobre a juventude que enfrenta o processo de destruição, expresso na violência, no uso de drogas, na prostituição, na pornografia, nos negócios ilícitos. Ele faz isso com um discurso que mais esconde do que revela. Este talvez seja uma das maiores evidências de como iludir o povo.

Assim, a estrutura política e econômica vem priorizando cada vez mais os investimentos que geram lucro em detrimento de dar acesso aos direitos assegurados por lei. A Copa do Mundo de 2014 é um exemplo, que deu 5 bilhões de dólares de lucro à empresa



FIFA¹². Ainda, de acordo com a chamada Matriz de Responsabilidades da Copa do Mundo de dezembro de 2014, revela-se que as obras dos estádios do Mundial consumiram 8.383,6 (oito bilhões, 383 milhões) dos quais 3.816,0 de financiamento federal (dobro do orçamento total do ME no mesmo ano); 3.956,0 dos governos estaduais; 611,6 de investimento de iniciativa privada. Importante destacar que todas as empresas que participaram da construção das “arenas”¹³ são citadas em processos administrativos de responsabilização instaurados pela Controladoria-Geral da União contra empresas: Odebrecht, Andrade Gutierrez, OAS, Camargo Correia e Mendes Júnior.

Constata-se a relação entre o financiamento privado de campanha, e seu retorno lucrativo. O setor da construção civil foi um dos que mais lucrou com a vinda da Copa do Mundo para o Brasil. Conforme o Ranking 2014 da Engenharia Brasileira, as quatro primeiras construtoras acima citadas, ocupam os quatro primeiros lugares na lista das 25 maiores construtoras, com renda bruta mínima de 4 bilhões 783 milhões a menor (Camargo Correia), chegando a 10 bilhões e 149 milhões a maior (Odebrecht)¹⁴. Fica explicado o fenômeno do congresso mais conservador desde 1964: a conservação da lógica do lucro à custa da exploração e expropriação cada vez maior do trabalhador e, o que está assegurado na Constituição brasileira, que é o esporte como direito individual de cada cidadão, não se materializa. Constatamos isto pelos dados do Diagnostico Nacional do Esporte que demonstrou o seguinte:

(...) a frequência e assiduidade das práticas esportivas e de atividades físicas pelos brasileiros no seu tempo livre, que foram classificadas como: regular, para aqueles que praticam 3 ou mais vezes por semana (conforme as indicações da Organização Mundial da Saúde - OMS) perfazendo (32,1%); quase regular, aqueles que praticam entre 1 ou 2 vezes por semana sendo (16,3%); irregular ou ocasional, aqueles que praticam menos que 1 vez por semana, são (5,7%); e por fim os sedentários, aqueles que não praticaram em nenhum momento de 2013, sendo (45,9%). Na soma, o nível de frequência recomendado pela OMS envolve mais de 47 milhões de brasileiros; se for considerado também os quase regulares, chegamos a pouco mais que 71

12 Disponível em: <<http://esportes.estadao.com.br/noticias/futebol,fifa-fatura-r-16-bilhoes-com-a-disputa-da-copa-do-mundo-no-brasil,1653669>>. Acessado em: 02 de abril de 2015.

13 Disponível em: <<http://esportes.terra.com.br/futebol/copa-2014/jogo-para-poucos-4-construtoras-se-revezam-em-obras-da-copa,17912dc1b93f6410VgnVCM3000009af154d0RCRD.html>> e <<http://www.portal2014.org.br/noticias/4960/odebrecht+e+andrade+gutierrez+lideram+contratos+de+estadios+da+copa.html>>. Acessado em: 02 de abril de 2015.

14 Disponível em: <<http://oempreiteiro.com.br/ranking.pdf>>. Acessado em: 02 de abril de 2015.



milhões de brasileiros (48,4%). De modo complementar podemos dizer que mais da metade dos brasileiros são irregular/ocasional ou não praticam esporte, o que os tornam de fato sedentários. (OLIVEIRA, DAMIANI, TAFFAREL, 2015, p.27).

O que o Diagnóstico sinalizou é que a democratização e universalização do esporte no Brasil, enquanto um patrimônio cultural da humanidade, ainda é uma reivindicação não atendida. Existem obstáculos às práticas esportivas e à atividade física que vão desde a falta de tempo até a falta de condições objetivas (infraestrutura) para tal.

Um exemplo concreto para situar as reivindicações no âmbito da Educação Física e Esporte, é a luta no interior da Universidade Federal da Bahia (UFBA) no que se refere às reivindicações dos trabalhadores em tempos de alto investimento nos megaeventos esportivos. Para que a UFBA responda, com capacidade científica crítica, a todas as investidas que destroem a educação e o esporte enquanto ciência é necessária a instalação do IEFEL – Instituto de Educação Física, Esporte e Lazer ou ICE - Instituto de Ciências do Esporte, enquanto Complexo Esportivo Educacional da UFBA, e Centro de Referência Popular da Cultura Corporal, para podermos avançar na formação da classe trabalhadora e na elaboração da ciência que contribua para que a educação e o esporte enquanto patrimônio cultural da humanidade sejam universalizados no Brasil.

Fica claro que a classe trabalhadora tem projeto para opor a lógica hegemônica instituída, no qual consta a democratização do acesso ao patrimônio cultural esportivo da humanidade. Isto significa que consta na pauta de reivindicação dos trabalhadores acessar o esporte e as atividades físicas atribuindo-lhes sentidos e significados humanizantes e não meramente a mercadorização do esporte e das atividades físicas. Nossa avaliação ao participarmos ativamente da campanha pelo “plebiscito popular por uma constituinte exclusiva e soberana do sistema político” em nossos locais de trabalho e áreas de reforma agrária, compondo comitês locais, é que a mesma permitiu a auto-organização de cerca de 400 entidades entre movimentos sociais, partidos políticos, sindicatos e associações, e cerca de 20.000 voluntários materializando uma campanha de reivindicação transitória, foi sinalizada positivamente por quase oito milhões de brasileiros votantes em setembro de 2014.

Portanto, a luta por um programa de reivindicações transitórias deve envolver, na linha de romper politicamente com a burguesia, segundo Trotsky (2008, p.119), uma incansável agitação em torno das reivindicações transitórias que deverão constituir o



programa do "governo operário e camponês". Nesta linha, reconhecemos a importância da assembleia nacional constituinte como elemento de frente única nesta direção, para por em prática uma experiência de organização coletiva de um poder que entra em choque com o poder vigente, que segundo Trotsky (2008, pp.121-122), é o indício principal de um período de transição rumo à reconstrução socialista da sociedade.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

As reflexões apresentadas demonstram a necessidade de outra política econômica e fiscal, enfim, de outra constituição, pois muito do que se pratica atualmente na economia decorre deste aparato institucional que garante mais os interesses do capital do que dos trabalhadores. Reside aí a pressão do capital contra a soberania do país. Mas, reside também aí a relevância política e social da Campanha do Plebiscito Popular por uma Constituinte Exclusiva e Soberana para a reforma política em nosso país, de forma a banirmos as aberrações que permitem a destruição dos direitos dos trabalhadores. Para tanto é necessário encarar o problema de que falta representação política do povo e enfrentar o sistema político onde prevalece o domínio do poder financeiro nas eleições.

Manter as instituições atuais interessa somente aos que dela usufruem e significa manter o “balcão de negócios” do Congresso Nacional e o “presidencialismo de coalisão”. A experiência da classe trabalhadora vem demonstrando que este não é o caminho e, portanto, atuar na linha do Plebiscito oficial por uma constituinte exclusiva e soberana construindo a unidade na luta é uma possibilidade histórica que poderá repercutir no atendimento das reivindicações imediatas da classe trabalhadora.

Considerando portanto, o que está sinalizado pelo Diagnóstico Nacional do Esporte (2015) que estudou os obstáculos a democratização, universalização do esporte/atividades físicas e a elevação do padrão cultural esportivo da nação brasileira reconhecemos a necessidade de superar as barreiras políticas para que o acesso ao patrimônio cultural esportivo esteja garantido a todos.



**XIX
CONBRACE**
VI CONICE
08 a 13 de setembro de 2015
VITÓRIA-ES

TERRITORIALIDADE E DIVERSIDADE
REGIONAL NO BRASIL E AMÉRICA LATINA:
SUAS CONEXÕES COM A EDUCAÇÃO
FÍSICA E CIÊNCIAS DO ESPORTE

RELATIONS AND CONNECTIONS BETWEEN CLAIMS WITHIN THE PHYSICAL
EDUCATION AND SPORT AND POLITICAL REFORM THROUGH THE
CONSTITUENT ASSEMBLY: ALLOWANCES FOR A TRANSITION PROGRAM

ABSTRACT

Investigating the Physical Education and the Theory of Transition, is delimited as problematic relations between Social Movements claims of Physical Education. Proceeded with documentary analysis of the Final of the National Sport Diagnostic Report and resulting document of the National Plebiscite for a Constituent Assembly. The intention was to establish relations between the Political Reform and the specific demands for democratization of the sport in Brazil. The data allow us to state that there are approximately 60% of the population to be included as a regular practitioner of the sport, which requires a national sports politics to raise the sports cultural pattern of the population, which requires a reform of the political system in Brazil.

KEYWORDS: Social Movements and Physical Education; Physical Education and Politics Reform; Sport and Transition Program.

RELACIONES Y NEXOS ENTRE RECLAMOS EN LA EDUCACIÓN FÍSICA Y EL
DEPORTE Y LA REFORMA POLÍTICA A TRAVÉS DE LA ASAMBLEA
CONSTITUYENTE: SUBSIDIOS PARA UN PROGRAMA DE TRANSICIÓN

RESUMEN

La investigación de la Educación Física y la Teoría de la Transición, delimita las problemáticas en las relaciones entre los movimientos de lucha sociales y las reivindicaciones de Educación Física. Procedió con el análisis documental de lo Informe Final del Diagnóstico Nacional de Deporte de y el documento resultante de la Consulta Nacional para una Asamblea Constituyente. El objetivo ha sido establecer relaciones entre la Reforma Política y las demandas específicas para la democratización del deporte en Brasil. Los datos permiten afirmar que hay aproximadamente 60% de la población a ser incluido como practicante regular de deporte, que requiere una política deportiva nacional para elevar lo estándar cultural deportivo de la población, lo que requiere una reforma del sistema político en Brasil.

PALABRAS-CLAVE: Movimientos Sociales y Educación Física; Educación Física y La Reforma Política; Programa de Transición y Deporte.



REFERÊNCIA BIBLIOGRÁFICA

BRASIL. SENADO FEDERAL. Secretaria Especial de Informática 2010. Constituição da República Federativa do Brasil. Texto Consolidado Até A Emenda Constitucional nº 71 De 29 de novembro de 2012. Disponível em: <http://www.senado.gov.br/legislacao/const/con1988/con1988_29.11.2012/con1988.pdf>. Acessado em: 02 de abril de 2015.

BORNIN, D. Q. dos S. Limitações ao poder constituinte reformador. s/d. Disponível em: <http://www.ambito-juridico.com.br/site/index.php?n_link=revista_artigos_leitura&artigo_id=6526>. Acessado em: 02 de abril de 2015.

CARTILHA PLEBISCITO CONSTITUINTE. 2ª Ed. 2014. Disponível em: <http://www.plebiscitoconstituente.org.br/sites/default/files/material/AF_Cartilha%20Plebiscito%20%2AA%20Edi%C3%A7%C3%A3o_WEB.pdf>. Acessado em: 02 de abril de 2015.

DIEESE. Balanço das greves em 2012. *Estudos e pesquisas*. nº 66, maio/2013. Disponível em: <<http://www.dieese.org.br/balancodasgreves/2012/estpesq66balancogreves2012.pdf>>. Acessado em: 04 de abril de 2015.

FERNANDES, F. *Capitalismo dependente e classes sociais na América Latina*. São Paulo: Global, 2009.

JORNAL DO PLEBISCITO POPULAR POR UMA CONSTITUINTE EXCLUSIVA E SOBERANA DO SISTEMA POLÍTICO. *Candidatos eleitos custam em média R\$ 1 milhão*. 2014. Disponível em: <http://www.plebiscitoconstituente.org.br/sites/default/files/material/pleb_jornal.pdf>. Acessado em: 02 de abril de 2015.

REFERÊNCIA

REFERÊNCIA

MELO, J. A. de. *PL 4330, uma tragédia para os trabalhadores*. 30 de março de 2015. Disponível em: <<http://www.cut.org.br/artigos/pl-4330-uma-tragedia-para-os-trabalhadores-427c/>>. Acessado em 02 de abril de 2015.

ROMANO, R. A gênese golpista da constituição. Entrevista. In: *Revista do Instituto Humanitas Unisinos*. Nº 428, ano XIII. Disponível em: <http://www.ihuonline.unisinos.br/index.php?option=com_content&view=article&id=5185&secao=428>. Acessado em: 02 de abril de 2015.



**XIX
CONBRACE**
VI CONICE
08 a 13 de setembro de 2015
VITÓRIA-ES

TERRITORIALIDADE E DIVERSIDADE
REGIONAL NO BRASIL E AMÉRICA LATINA:
SUAS CONEXÕES COM A EDUCAÇÃO
FÍSICA E CIÊNCIAS DO ESPORTE

TAFFAREL, C. N. Z.; SANTOS JÚNIOR, C. de L. Como iludir o povo com o esporte para o público. In: SILVA, M. R. da. *Esporte, Educação, Estado e Sociedade*. Chapecó: Argos, 2007.

TROTSKY, L. O programa de Transição. In: MARX, K. et al. *O programa da revolução*. Brasília: Nova palavra, 2008.